



## A EXTRAFISCALIDADE DA TRIBUTAÇÃO AMBIENTAL NAS ÁREAS DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL DO PERÍMETRO URBANO<sup>1</sup>

*Camila Copetti<sup>2</sup>, Marlise Amália Reinehr Dal Forno<sup>3</sup>*

**INTRODUÇÃO:** A busca por um meio ambiente ecologicamente equilibrado, como um bem de uso comum do povo e essencial a sadia qualidade de vida tem sido uma preocupação do Estado moderno. O homem durante muitos séculos, estabeleceu uma relação com a natureza sem preocupar-se com a sua degradação. A mentalidade de que os recursos naturais eram ilimitados fez com que a utilização dos mesmos, sem critérios adequados trouxesse graves conseqüências para os ecossistemas. Dentro deste cenário, alguns fatores levaram o homem a pensar urgentemente em atitudes de mudança das suas ações frente à natureza. Este projeto de pesquisa tem como objetivo principal investigar possíveis soluções para as Áreas de Preservação Permanente já consolidadas, as preservadas, fragilizadas e, aquelas de possível instituição por ato normativo do Poder Público pelo Plano Diretor, através da viabilidade de uma tributação ambiental de forma extrafiscal. **MATERIAL E MÉTODOS:** A pesquisa está sendo desenvolvida por meio de pesquisa bibliográfica e documental através da verificação, com embasamento na legislação existente, por entender ser mais apropriada para os resultados buscados. **RESULTADOS:** Um novo modelo na relação homem versus meio ambiente é preciso ser estabelecido. Isto ficou evidenciado a partir de encontros internacionais, como Estocolmo, Rio de Janeiro, Joanesburgo e Tóquio, resultando novas formas de relação ambiental que, mesmo tardia, surgiram e continuam sendo analisadas e implantadas tanto no Brasil como no mundo. Entre elas encontra-se a principal: o desenvolvimento sustentável, que busca assegurar às presentes e futuras gerações o direito a vida digna e com qualidade. O papel do Estado no desenvolvimento desse empreendimento é decisivo e pode ser desenvolvido por meio de instrumentos normativos e econômicos. Assim, ante as significativas modificações e conscientização da sociedade e de seus agentes, o tributo surge de forma eficaz, principalmente, na sua aceção extrafiscal, como instrumento normatizador, econômico que o Estado poderá utilizar para viabilizar o equilíbrio ambiental. **DISCUSSÃO/CONCLUSÕES:** Esta pesquisa surge, no sentido de averiguar, no âmbito jurídico, os fundamentos, as possibilidades de formação e aperfeiçoamento de um sistema capaz de proteger as Áreas de Preservação Permanente outorgando aos detentores de tais áreas no perímetro urbano, benefícios fiscais. Demonstrar que a tributação ambiental a partir do Plano Diretor dos municípios, pode ser um instrumento efetivo a fim de colaborar com as políticas públicas na melhoria do ambiente, possibilitar a indução de práticas sociais e econômicas adequadas à conservação, preservação e regeneração da qualidade do meio ambiente urbano. O propósito deste projeto de monografia é agregar os conhecimentos em Biologia e Direito a fim de vivenciar através da leitura o entrelaçamento de duas áreas técnicas de suma importância e buscar aprofundar o estudo na tentativa de reverter este quadro na defesa ao meio ambiente, que não dispõe de tempo para esperar e que é atributo tanto da coletividade como do poder público.

<sup>1</sup>Projeto de Monografia do Curso de Pós Graduação Latu Sensu em Gestão Ambiental da UNIJUÍ

<sup>2</sup>Acadêmica do Curso de Pós-Graduação em Gestão Ambiental, Graduada em Biologia e acadêmica de Direito pela UNIJUÍ

<sup>3</sup>Professora Orientadora, Mestre do DCS